



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de posse
do Secretário-Executivo do
Programa Comunidade Solidária,
Doutor Milton Seligman*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 3 DE MARÇO DE 1999

Senhora Presidente do Conselho do Comunidade Solidária, Ruth Cardoso; Senhor Vice-Presidente Marco Maciel; Senhores Ministros de Estado; Senhor Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz; Senhores Parlamentares; Senhor Secretário-Executivo, Milton Seligman; Senhoras e Senhores,

Os aplausos recebidos pelo Doutor Milton Seligman mostram o entusiasmo de todos nós, não apenas pelas palavras que ele acaba de proferir, mas pela sua trajetória política e profissional.

Ele disse – e com bastante sinceridade – que coube a ele, até agora, neste governo, assumir posições em que tinha que arbitrar conflitos. E os arbitrou muito bem. Em situações difíceis, tanto no Ministério da Justiça quanto no Ministério da Reforma Agrária, e atua com tal brilho e zelo pelo interesse público, que nós o convidamos para substituir a Doutora Ana Peliano, a quem o Brasil deve muito, pelo esforço que fez, desde o Consea, o Conselho de Segurança Alimentar, até a instalação do Programa Comunidade Solidária.

Precisaríamos encontrar alguém, como é o caso do Milton Seligman, que tivesse as qualidades que o cargo requer. Não é fácil inovar,

toda a gente sabe disso. É muito difícil inovar, sobretudo na área social. A criação, primeiro do Conselho da Comunidade Solidária e, em seguida, da Secretaria-Executiva, custou a ser compreendida, até mesmo dentro dos círculos burocráticos do governo, para não falar nos círculos políticos. E, mais ainda, como é natural, na sociedade mais ampla, que dispõe de menos informações sobre os procedimentos que estavam e que estão sendo postos em marcha.

Para começar, é difícil entender um Conselho da Comunidade, presidido pela Primeira-Dama – a Ruth não gosta dessa expressão –, pela mulher do Presidente da República, e que não tem funções, dentro da burocracia, não assina papéis, não libera verbas, não recebe salários, não tem nada a ver com a burocracia. E que trata de fazer outra coisa, que é unir os esforços da sociedade civil, na sustentação de certos programas, que este próprio Conselho escolhe como programas necessários, para que possa haver uma consolidação nos avanços sociais.

Difícil entender, porque a tradição brasileira é outra. A tradição brasileira é ou a mulher do Presidente não assume função nenhuma ou, quando assume, tem caneta. Aqui, assume funções e não tem caneta para liberar verbas, para nomear pessoas, para fazer clientelismo, para fazer assistencialismo. É outra modalidade de ação.

Então, isso também dificulta a compreensão do outro braço desse mesmo processo, que é a Secretaria-Executiva, esta, sim, dentro do governo. Esta, sim, com a função específica de coordenar os órgãos de governo, com o mesmo objetivo de alcançar avanços, na área social.

E, também, é difícil coordenar, num regime burocrático e político, que tem como inspiração o princípio da verticalidade. Quem manda deve mandar e quem obedece, se tiver juízo, obedece. Quem está embaixo, se tiver juízo obedece, quem está em cima, manda. Não é isso. É preciso trabalhar entre pares, convencê-los.

De alguma maneira é o mesmo espírito que leva à formação do Conselho da Comunidade Solidária: é o espírito de agrupar, convencer, aglutinar, para fazer avançar. Só que, neste caso, dentro da burocracia pública. E fazendo com que os programas cumpram os seus objetivos e que, de alguma maneira, a Secretaria-Executiva do Comunidade Solidária seja uma espécie

de sinal de alerta, dentro do governo. E naturalmente, também, comunicando-se com a sociedade sobre as questões que estão envolvidas.

Mas é importante renovar, é importante modificar. Nós quebramos uma tradição, sobretudo na área social, que era uma tradição de assistencialismo e de clientelismo. Clientelismo significa a troca de favores, e a relação com o setor político é baseada nisso. Isso está quebrado. Quem for à porta do Conselho do Comunidade Solidária não vai encontrar nada para ser distribuído. E quem for à porta da Secretaria-Executiva vai encontrar normas.

Muito frequentemente, as normas não permitem que se faça aquilo que até aparece, naquele momento, como justo. Quantas vezes ouvi – ainda hoje – parlamentares zelando por suas funções, dizendo: “Mas o meu município é pobre e não está no Comunidade”, como se o critério fosse o critério de uma determinação política, quando não é. Pode até ser injusto o critério, porque as estatísticas, às vezes, não correspondem, realmente, à realidade. Aí deve-se corrigir. Mas, de qualquer maneira, há um critério de como se inscrever, ou não, para a obtenção de certos benefícios.

Portanto, quebra-se um laço tradicional, no Brasil, que é o laço do clientelismo. Mas se quebra o outro laço, que também é tradicional no Brasil, que é o do assistencialismo. Não vou contar o “santo”, mas conto a história. Numa reunião a que a Ruth compareceu houve alguém que disse: “Excelente, mas era tão melhor a LBA... a gente tinha o que receber.” Quer dizer, é o modelo do clientelismo e do assistencialismo.

Nós estamos superando esse modelo, criando um outro, que supõe o que disse aqui o Doutor Milton Seligman: uma sociedade mais ativa, em que a comunidade se organize, em que as forças sociais tenham um papel na implementação de um programa e na definição dos objetivos.

É claro que isso não se faz somente no âmbito deste programa. Todo o esforço do Ministério da Saúde é esse, na criação do SUS e dos Conselhos Municipais de Saúde. Todo o esforço do Ministério da Educação é o mesmo, na criação da relação direta com as escolas, com as Associações de Pais e Mestres, saltando e quebrando uma tradição.

É difícil quebrar tradição, mas é disso que se trata quando se fala em reforma. Reforma não é, simplesmente, criar um programa novo. É a maneira como se vai fazer esse programa.

Então, trata-se, efetivamente, de uma enorme responsabilidade, que o Doutor Milton assume aqui, diante de todos nós, com aplauso, de modo que ele vai ter que cumprir de maneira muito direta, mostrando que é com esse espírito que ele assume essa responsabilidade. E em um momento delicado. Um momento delicado – não vou falar sobre o que já foi dito, mas é um momento em que o Brasil passa por turbulências financeiras que têm conseqüências.

Aí também convém fazer uma certa reflexão, que ele fez: sejam quais venham a ser as conseqüências – e eu espero que sejam as menores possíveis e que passem o mais rápido possível, elas não podem afetar certas questões básicas da população brasileira.

Ajuste fiscal não é contraditório com atenção maior à população carente. O custo dessa atenção não é tão grande que possa ser compensado pelo fato de que “...ah, bom, eu corto aqui, mas ganho ali.” Corta aqui e não ganha nada ali. Cortar não é o objetivo de um ajuste fiscal. É uma imposição, muitas vezes, das restrições econômicas.

Mas aquele que está trabalhando na área social tem que pensar o seguinte: será que eu não posso fazer talvez até melhor e mais com menos, desde que eu mude o meu modo de trabalhar? Esse é que é o desafio que o Doutor Milton está assumindo agora. Ele acabou de se comprometer – e eu, junto com ele – de não faltar àquilo que é necessário para a população mais carente, mesmo nos momentos de dificuldade, sabendo que há restrições econômicas e que a estabilidade é um objetivo fundamental, até mesmo para os mais carentes poderem ter condição de vida melhor.

Então, em vez de nós estarmos, como eu vejo muito freqüentemente, a fazer comparações entre quanto era e quanto é, em termos de Orçamento, às cegas, nós temos que nos perguntar: e o programa, está andando? De que maneira ele está andando? Está chegando lá, à população que necessita, o recurso que é destinado pelo Executivo, pelo Congresso? Ou está sobrando por aí? Ou custou muito na intermediação, não no mau sentido, mas no bom sentido, dos empecilhos burocráticos para chegar até aqueles que precisam?

Vejo, às vezes, com certo pasmo, informações que eu digo: mas meu Deus do céu, eu nunca soube disso. “Vamos cortar a cesta básica.” Cortar de quem? Ainda hoje vi um telegrama de um funcionário avisando a um Prefeito que ia cortar a cesta básica. Certamente se antecipou num zelo não sei a quê, porque não é essa a decisão.

Em outro momento, vejo: “Foi cortada metade do recurso para merenda escolar.” Chamo o Ministro da Educação imediatamente: “O que aconteceu?” Não aconteceu nada. Simplesmente, os recursos da merenda escolar, para dar um só exemplo, posso dar vários, que eram de 400 milhões, mais ou menos, 450 milhões talvez, em 95, foram de 900 milhões, no ano passado, e serão de 920 ou 930 milhões, neste ano.

Por causa da ação da Comunidade Solidária nos municípios mais pobres, há vários programas que estão atuando, entre os quais o Fundef, que representa uma modificação muito profunda, positiva. Então, não é necessário manter nesses municípios a quantia de 20 centavos por merenda. Pode ser 13 centavos, até porque foi tomada uma outra decisão que era para descentralizar as compras, o que torna mais barata a merenda.

Portanto, a criança não vai ter diminuição na sua refeição. Vai haver uma modificação positiva no Orçamento. E isso é visto e lido e, depois, repercutido como se fosse “maldade do Executivo, contando no social por causa do ajuste fiscal e, quem sabe, até por ordem do FMI”. Parece que a última mania, agora, é que tudo é ordem do FMI, que, por sorte, não sabe de nada disso. Então, é preciso que a gente preste atenção. Nestes momentos, temos que olhar mais em profundidade: qual é o jogo de Orçamento e de recursos, se estamos gastando bem, se estamos gastando mal.

Mas uma coisa me apraz – isso, compartilho com o Doutor Milton Seligman e com os demais aqui: é que vejo, ouvi, durante quatro anos, que o governo não cuidava do social, só do econômico. E, agora, todos os programas que dizem, sem ser verdadeiro, dos quais nós estamos “cortando recursos”, foram criados pelo governo. Querem ver? O Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar, o Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, a Lei Orgânica da Assistência Social, merenda escolar para todo

mundo, em tempo maior. Por aí vai. Todos os programas foram criados no meu governo que, segundo os mesmos que hoje gritam para que não se toque nesses programas – eram os que disseram, o tempo todo – o governo não agia no social. E todos os programas, todos, sem exceção, foram criados neste governo.

É claro que foram criados porque houve condições. Não é porque os outros governos fossem maldosos. É porque a desordem orçamentária e inflacionária não permitia uma atenção maior. Mas foram criados. E a verdade é que nós estamos transferindo, sob a forma de renda direta, 17 bilhões de reais. Dezesete bilhões de reais são transferidos, sendo que, desses, uma parcela importante já existia, que era a aposentadoria rural. Para não falar da reforma agrária, porque tem que falar, senão o Raul Jungmann fica zangado. Mas, realmente, todo mundo sabe que o avanço foi enorme na reforma agrária, neste governo.

Então, 17 bilhões de reais são transferidos. E eu vejo tanto, como alguns diziam, antigamente, tanto burguês rico – deixa eu olhar para o outro lado –, que me diz o seguinte: “Não, mas se o governo aplicasse bem o dinheiro, todo mundo pagaria impostos”. Por que não vou olhar onde o governo aplica o dinheiro? Porque ninguém vê que existem programas, de cunho social, que fazem transferência – eu não falei de ninguém, aí são muitos. Por que não vêem que o governo, realmente, tem a capacidade redistributiva importante? E está aperfeiçoando esses métodos.

Então, Doutor Milton, eu falei, talvez, demais, para aproveitar as oportunidades, mas para dizer que a função que Vossa Senhoria ou Vossa Excelência assume – eu não sei qual é o tratamento que o Cerimonial exige – vai começar a exercer, ou já está exercendo – e reitero os meus agradecimentos a quem o antecedeu, à Doutora Ana Peliano – passa a ter uma importância, uma visibilidade maior ainda, agora, porque o desafio é maior: é o de mostrar que vamos continuar atendendo às áreas sociais, com esse espírito novo, espírito reformador, apesar das restrições existentes. Vamos “bater mais bumbo”, fazer mais barulho. Temos que dizer o que está sendo feito e temos que dizer que estamos fazendo. Tenho certeza de que conto com vocês.

Muito obrigado.